

1. Introdução

Este estudo retorna por um ângulo wittgensteiniano ao clássico problema da identificação e reconhecimento da *palavra* como unidade e categoria linguística.

Na história das ideias linguísticas, o período que provavelmente deflagrou a discussão mais recorrente e explícita desse problema foi aquele que estabeleceu a primazia das análises de viés estruturalista: em especial, a priorização da análise da língua falada em detrimento do exame de fontes escritas, passando a cadeia fônica a ser a base principal da análise linguística, teve repercussões diretas e multiplicadoras sobre as reflexões e as incertezas envolvendo o estatuto da palavra e de seus limites enquanto unidade da linguagem.

A primazia da fala deixou proeminente, por exemplo, a necessidade de uma caracterização operacionalmente viável do que deveria ser considerado como palavra nas análises distribucionalistas das línguas ágrafas feitas à época pelos estruturalistas americanos. É de fato numa resposta explícita a essa premente necessidade que Leonard Bloomfield nos oferece a sua célebre e até hoje influente definição para o termo:

Uma palavra é, então, uma forma livre, que não se constitui de outras formas mínimas; em outras palavras, uma palavra é uma forma livre mínima. Uma vez que somente formas livres podem ser isoladas na fala, a palavra, como forma livre mínima, tem um papel muito importante na nossa atitude em relação à linguagem. Para os propósitos da vida cotidiana, a palavra é a menor unidade da fala. (1976 [1933]: 178).

Na vertente europeia, a proposição da dicotomia significante/significado, e a discussão da biplanaridade e arbitrariedade do signo linguístico representam, naturalmente, grandes contribuições saussureanas para teorias, análises e discussões linguísticas subsequentes que, direta ou indiretamente, tocam a questão da conceituação e delimitação da unidade palavra: a possibilidade de a palavra ser concebida como um amálgama entre significante e significado e, novamente, a primazia da língua falada sobre a língua escrita colocam de imediato em questão os limites da palavra e sua relevância como unidade linguística.

Em um estudo que, como este, busca pensar a questão da palavra sob a inspiração do pensamento de Wittgenstein, convém sublinhar de saída o caráter singular e revolucionariamente pouco *representacionista* que as postulações saussureanas emprestaram à linguística em seu texto inaugural, sobretudo diante da prevalência subsequente do representacionismo entre os grandes expoentes pós-saussureanos desse campo de saber. Como esclarece Roy Harris (1988: 2, 3), linguista que é adepto assumido de uma concepção radicalmente wittgensteiniana da linguagem, as teses saussureanas do signo linguístico como uma entidade biplanar que reúne em laço indissolúvel o que até então eram instâncias distintas – a linguagem fora até então tipicamente percebida como uma atividade com palavras, ao passo que o pensamento seria uma atividade com ideias independentes das palavras – começam a desestabilizar a visão representacionista da linguagem a que Wittgenstein, sem ter conhecido, ao que parece, o trabalho do mestre genebrino, irá radicalmente se opor.

Parece claro, no entanto, que, em seus primórdios, o empreendimento estruturalista, seja no âmbito da abordagem distribucionalista de inspiração bloomfieldiana, seja no campo da sofisticada reflexão saussureana sobre a identidade negativa e relacional do signo linguístico, convive sistematicamente com uma notável persistência do problema do reconhecimento e da identidade da palavra. As ideias expostas no *Cours* já esboçavam essa problemática:

Na maioria dos domínios que são objeto da Ciência, a questão das unidades sequer se esboça: são dadas de começo. Assim, em Zoologia, é o animal que se oferece desde o primeiro instante. A Astronomia opera também com unidades separadas no espaço: os astros; em química, podem-se estudar a natureza e a composição do bicromato de potássio sem duvidar um só instante de que seja um objeto bem definido.

Mas assim como o jogo de xadrez está todo inteiro na combinação das diferentes peças, assim também a língua tem o caráter do sistema baseado completamente na oposição de suas unidades concretas. Não podemos dispensarmo-nos de conhecê-las nem dar um passo sem recorrer a elas; e, no entanto, sua delimitação é um problema tão delicado que nos perguntamos se elas, as unidades, existem de fato.

A língua apresenta, pois este caráter estranho e surpreendente de não oferecer entidades perceptíveis à primeira vista, sem que se possa duvidar, entretanto, de que existam e que é seu jogo que as constitui. Trata-se, sem dúvida, de um traço que a distingue de todas as outras instituições semiológicas. (pp. 123, 124)

Ainda que bem menos explicitamente reconhecido, o problema da palavra parece insistir também, de forma insidiosa, quando, na segunda metade do século

XX, marcadamente a partir da publicação de *Aspects of the theory of syntax* (Chomsky, 1965), assiste-se à inauguração de um novo modelo teórico no campo dos estudos linguísticos. A autonomia do sistema propagada por Saussure está também, como se sabe, na base do desenvolvimento da Gramática Gerativa de Chomsky. Para Chomsky, entretanto, esse sistema era um sistema mais dinâmico, sujeito a movimentos transformacionais de seus níveis estruturais: não era, como sugeria o estruturalismo saussureano, um tesouro depositado na cabeça do falante pela prática da fala, mas sim, uma *faculdade inata*, parte integrante do aparato biológico humano.

Inspirado expressamente no racionalismo cartesiano, segundo o qual existem *ideias e princípios inatos* que determinam a forma do conhecimento adquirido (Chomsky, 1965: 48) e, assumindo, também, a intuição originária de Humboldt sobre a linguagem concebida como *competência subjacente*, constituída por um sistema gerativo, Chomsky estabelece as premissas fundamentais do compromisso gerativo e cognitivista e elege como principal objetivo investigativo da linguística, desvendar a representação interna do conhecimento que subjaz à produção da linguagem.

Para isso, Chomsky circunscreve o campo de estudo da linguística gerativa de acordo com as seguintes, célebres, delimitações (1965: 3): ela tratará da componente sintática da gramática gerativa e terá como objeto um falante-ouvinte ideal em uma comunidade linguística completamente homogênea. O importante aqui é registrar que a decisão pelo foco na sintaxe, sintatocentrismo, já desloca bastante o interesse pela palavra como unidade de análise.

Embora não encontremos definições categóricas sobre a palavra nos textos fundacionais da linguística gerativa, análogas por exemplo à clássica definição estruturalista de Leonard Bloomfield, gerativistas como Di Sciullo e Williams (1987) esforçam-se para traçar um perfil da palavra no âmbito desse modelo. Conforme os autores, as palavras podem receber três definições dentro do quadro teórico da linguística gerativa: podem ser tomadas como (i) átomos da sintaxe (inseridos nos nódulos terminais X^0 das estruturas sintáticas), (ii) objetos morfológicos, e (iii) unidades listáveis da língua (listemas). Sensíveis ao estatuto delicado dessa “misteriosa” unidade, os autores buscam mostrar que “os listemas de uma língua não correspondem nem aos objetos morfológicos, nem aos átomos

sintáticos de uma língua”. (1987, Introdução à 14^a monografia da série *Linguistics inquiry monographs*)

Em qualquer dessas três perspectivas, no entanto, parece prevalecer na teoria gerativa uma percepção fortemente composicional da natureza da linguagem, na qual o léxico é afinal, em oposição ao território “livre” da gramática, “uma prisão”, que “contém apenas os fora da lei”; sob esse ângulo, “a única coisa que seus habitantes têm em comum é a condição de fora da lei” (Di Sciullo e Williams, 1987: 3). Tal percepção levou por muito tempo a se excluirmos das investigações gerativas as expressões linguísticas que, tendo em sua composição unidades lexicais reconhecíveis, não se deixariam explicar como “sintagmas livres”, demonstrando-se impenetráveis a esse tipo de análise. Assim, as expressões idiomáticas, as fórmulas situacionais, as colocações e sequências do gênero eram costumeiramente lançadas no léxico, *a casa dos fora da lei*.

Na teoria gerativa as palavras seriam, então, categorias lexicais com a função de recobrir as categorias sintáticas geradas na estrutura profunda da linguagem; os últimos itens inseridos nas árvores sintáticas, sob os rótulos sintáticos de N (Nome), V (Verbo), Adv (advérbio), Det (Determinante), e assim por diante. No caso, por exemplo, da expressão idiomática, *chutar o balde*, item lexical armazenado no léxico, ou unidade maior que a palavra, a gramática, nos termos da teoria Gerativa, tem que gerar um sintagma verbal que domine o nóculo verbal e um sintagma determinante (o balde), antes de inserir as palavras gramaticais *chutar, o, balde* nos nós terminais V, Det e N e então, a componente semântica tem que interpretar idiomáticamente a associação dessas três palavras.¹

Uma interessante formulação desse tratamento restritivo dado às expressões idiomáticas, fórmulas situacionais, colocações e sequências do gênero na linguística de orientação gerativista foi elaborada por Fillmore, em 1979, em artigo intitulado “Innocence: a second idealization for linguistics”, no qual o autor ironicamente postula a semelhança da figura de um falante-ouvinte “inocente” com a figura do “falante-ouvinte ideal” chomskiano (p. 1). O falante-ouvinte inocente seria aquele que sabe:

¹Jackendoff (2002) mostra-nos que hoje essa concepção menos prestigiada do léxico é bem diferente. Apresentaremos no capítulo 4, brevemente, essa nova concepção do léxico e a revisão do sintatocentrismo gerativo, nos termos da proposição de Jackendoff (2002), destacando sua aproximação com noções construcionistas da gramática no capítulo 4.

os morfemas de sua língua e seus significados, reconhece as estruturas gramaticais e os processos dos quais os morfemas participam, sabe o significado semântico de cada um deles. Como um decodificador, ou ouvinte, o usuário inocente da linguagem calcula o significado de cada frase do que ele sabe sobre suas partes isoladamente e sobre sua organização. (p.2)

Para ele não há inferências a serem realizadas entre o que é dito e o que se quer dizer. Esse falante acredita que o significado de uma sentença em um dado contexto é uma seleção de um conjunto de significados que a sentença possui fora do contexto.

Vêm buscando com efeito alcançar um falante-ouvinte *menos inocente* os estudos desenvolvidos no âmbito do programa da Linguística Cognitiva, vertente que ganhou espaço importante na cena dos estudos da linguagem sobretudo a partir da década de 80 e que tem em Charles Fillmore um de seus fundadores, ao lado de outros autores como George Lakoff, Ronald Langacker e Mark Johnson.

A pesquisa que desenvolvemos no mestrado, explorou a fertilidade de um desenvolvimento recente e muito promissor nascido no território da Linguística Cognitiva: a chamada *Abordagem Construcionista da Gramática* (Goldberg 1995), especialmente nos termos da hipótese sociocognitiva de Salomão (1997, 1999), que reuniu ainda instrumental teórico analítico da Teoria da Mesclagem, segundo Gilles Fauconnier e Mark Turner (1996, 2002), e, também, Nili Mandelblit (1997). O estudo realizado naquela ocasião expôs-nos ao problema da fronteira entre palavras, frases, orações, com a análise no português do Brasil de um fenômeno muito próximo ao fenômeno da *incorporação nominal ao verbo* em línguas ameríndias polissintéticas. Comparamos ali as possibilidades e soluções oferecidas para esse mesmo problema, por um lado pela teoria gerativa, em sua versão Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981; 1986a e b; 1989), e por outro pela perspectiva teórica que adotamos para a solução do problema, a abordagem construcionista. Se a superioridade teórico-descritiva da abordagem construcionista pareceu-nos, e ainda nos parece, incontestável no que tange ao tratamento do fenômeno que tomamos para analisar, deixou-nos, no entanto, com uma série de indagações quanto ao exato estatuto da palavra no modelo.

As perguntas que primeiramente norteiam esta pesquisa são, pois, as seguintes: Qual o estatuto da *palavra* em abordagens construcionistas da

linguagem? Qual a contribuição desse modelo para o enfrentamento do tradicional problema da *palavra* como unidade linguística?

Como já antecipamos, buscaremos responder a essas perguntas a partir de um ponto de vista wittgensteiniano. Quando, ao ingressar no doutorado, travamos contato com a filosofia radicalmente pragmática de Wittgenstein, encontramos ali um pensamento vasto e rico sobre a linguagem, no qual pudemos discernir, por um lado, uma grande afinidade potencial com muitos dos aspectos da abordagem construcionista e, por outro, caminhos bastante promissores para pensar a identidade das unidades linguísticas de um modo geral e a questão do estatuto da palavra em particular. Esta tese toma, pois, como perspectiva preferencial da linguagem aquela que a vê como *forma de vida* e não como *sistema de representação* – adere sem restrições ao pragmatismo radical de Wittgenstein, exposto especialmente nas suas *Investigações Filosóficas*. Tal visão da linguagem encontra adeptos contemporâneos importantes num círculo de linguistas que, afinados de modo geral com abordagem pragmática de Roy Harris, trazem ideias, questionamentos e propostas wittgensteinianas sobre as unidades da linguagem de que esta tese muito se beneficiará. Refirimo-nos sobretudo ao trabalhos de Talbot Taylor (1992, 1996, 2000, 2009), Nigel Love (2004, 2007) e Sylvain Auroux (1992).

Assim orientada, esta tese tem por **objetivo geral** desenvolver uma reflexão wittgensteiniana sobre a questão da identidade das unidades linguísticas, com foco na questão da *palavra*. Tomo por **objetivo específico** analisar, à luz do pensamento de Wittgenstein, o estatuto da unidade *palavra* no modelo que hoje nos parece um dos mais promissores para o estudo e descrição gramatical das línguas do mundo – a *abordagem construcionista* –, buscando reconhecer e, se possível, potencializar o que nele se oferece para enfrentar os clássicos embaraços envolvendo a unidade aqui em exame.

Os pressupostos wittgensteinianos que nortearam esta análise e que trataremos de esclarecer nas páginas que se seguem são, de forma mais específica, os seguintes:

- (a) a linguagem é *práxis, forma de vida* (e não sistema de representação), o que significa dizer que é irreduzível a qualquer vocação essencial;

(b) a metalinguagem é também *práxis*; afirmações metalinguísticas são sempre lances no interior de jogos de linguagem (a metalinguagem não é, sob esse ângulo, um instrumento para captura de uma ordem logicamente anterior ao uso da linguagem);

(c) as unidades linguísticas não são *imanes*, nem tampouco ilusórias: *a própria forma gramatical é construída socialmente*;

(d) os discursos metalinguísticos institucionais (Gramática Tradicional, Retórica, Linguística) desempenham um papel importante na “construção da forma gramatical”;

(e) a admissão dos pressupostos a, b, c, d *não* implica em um relativismo forte no que tange às diferentes metalinguagens rivais oferecidas no campo dos estudos da linguagem (continua a fazer sentido dizer que algumas abordagens são superiores a outras).

Dados os pressupostos acima, podemos estabelecer os seguintes critérios para a avaliação de abordagens linguísticas alternativas para a descrição das línguas do mundo:

Critério 1: aquela que dá a ver a linguagem como *práxis*, como forma de vida regulada, mas irreduzível e volátil, é superior àquela que a descreve como sistema objetivo e fixo de representação;

Critério 2: aquela que se atém à *descrição* das línguas particulares é superior àquela que aspira à *explicação* universal da essência da linguagem;

Critério 3: aquela que prefere uma análise que parta do todo para as partes, uma análise holística, é superior à que se utiliza de uma abordagem atomística;

Critério 4: aquela que acomoda e descreve as práticas metalinguísticas específicas das comunidades de fala em exame – práticas que são as responsáveis últimas pela forma gramatical – é superior àquela que pratica advertida ou inadvertidamente o “imperialismo” metalinguístico;

Enfocando sobretudo os problemas em torno da identidade da palavra como unidade linguística, esta tese demonstrará **a superioridade contemporânea da abordagem *construcionista***, sobretudo pela forma como satisfaz aos critérios 1, 3 e 4. Apontaremos como um limite à aproximação entre o construcionismo e a abordagem wittgensteiniana as ambições explicativas daquele modelo. Buscaremos demonstrar mais especificamente que:

- (i) A palavra tem um estatuto ambíguo na abordagem construcionista – o tratamento dispensado a essa unidade hesita entre a subversão e a continuação da tradição.
- (ii) Despojada de ambições explicativas, a *construção* é uma categoria metalinguística superior à *palavra* como ponto de partida para a descrição das línguas do mundo, contribuindo para a superação dos embaraços que classicamente gravitam em torno dessa unidade.

A tese se estrutura da seguinte forma: no capítulo 2 detemo-nos em expor, nos aspectos mais relevantes para esta pesquisa, a perspectiva wittgensteiniana da linguagem como *forma de vida* e da metalinguagem como *práxis*.

No capítulo 3 examinamos e registramos a resistência da unidade *palavra* em se deixar capturar, flagrando tal recalcitrância na retórica inconformada de alguns linguistas e estudiosos afins, nas suas histórias de tropeços e embaraços enfrentados na tentativa de encontrar para a palavra uma definição consensual, ou mesmo de encontrar uma forma de identificá-la em diferentes línguas e usos. Apresentamos, também, por outro lado, a constatação desse tipo de embaraço do ponto de vista de linguistas de inspiração wittgensteiniana, os quais além de reconhecerem o problema, refletem importantemente sobre suas fontes. Tendo demonstrado que a questão da palavra se manifesta não apenas na dificuldade de encontrar soluções, mas também na própria clareza de sua formulação, propomos,

ao final do capítulo, uma caracterização do problema nos termos que nos parecem os mais claros e contundentes: damos ao problema da palavra uma formulação quineana, tomando como pano de fundo a célebre situação de *tradução radical*.

O capítulo 4 se encarrega de expor a Abordagem Construcionista da Gramática, detendo-se, nos pontos mais importantes para este estudo, sobre a constituição desse saber desde seus primórdios. Enfoca centralmente as abordagens construcionistas de Goldberg (1995 e 2006) e Croft (1999 e 2001) e revê ali as noções de *palavra* e *construção*, registrando a subversão da centralidade da noção de palavra em benefício da construção, e retoma o problema quineano que é entregue, então, ao linguista construcionista. Conclui pela superioridade no enfrentamento do problema da palavra por esse linguista em função da maior neutralidade, menor restritividade e maior capacidade da noção de construção, que a tornam mais apta a modelos que ambicionam dar a ver a linguagem – e a metalinguagem – como forma de vida.

O capítulo 5 retoma os critérios de avaliação enunciados nesta introdução e aprofundados no capítulo 2, para a identificação da teoria linguística que melhor se conforme à perspectiva da linguagem como forma de vida. Aplica esses critérios a análises feitas em outras obras com esse instrumental teórico, e conclui pela superioridade da Abordagem Construcionista para o enfrentamento do problema da palavra. Apresenta, por fim, em seção intitulada “o mentalismo e o representacionismo da AC”, os pontos de afastamento resultantes da ainda elevada ambição totalizante, explicativa de viés mentalista e representacionista da Abordagem Construcionista da gramática.

No capítulo 6, teço minhas considerações finais.